

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.839 - PE (2018/0260820-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : **ANDRÉ FELIPE MARTINS PEREIRA**
ADVOGADOS : **HÉLCIO FERREIRA DE OLIVEIRA FRANÇA E OUTRO(S) -**
PE021728
JOSÉ AUGUSTO BRANCO - PE016464
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração em face de decisão que julgou prejudicado recurso especial devido ao deferimento de liminar pelo Supremo Tribunal Federal – MC no HC n. 158295/PE –, suspendendo a execução provisória imposta a ANDRÉ FELIPE MARTINS PEREIRA, condenado por infração ao art. 1º, I e II, da Lei n. 8.137/90, c/c os arts. 71 e 70, ambos do Código Penal.

Alega que a decisão da Suprema Corte é em sede de liminar, estando pendente o mérito da irresignação.

Requer a reconsideração da decisão, ou seja, o feito recebido como agravo regimental, suspendendo o andamento do recurso especial até o julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo STF, evitando-se decisões conflitantes.

Decido.

De fato, o deferimento de liminar pelo STF não tem o condão de prejudicar o julgamento de mérito do recurso especial, haja vista a precariedade da decisão que pode ou não ser posteriormente confirmada.

Impõe-se, assim, a análise do mérito do recurso especial, no qual a defesa alega violação dos arts. 105 e 106, *caput*, da Lei de Execuções Penais e 674 do Código de Processo Penal.

Sustenta que a execução da sentença penal condenatória não pode ser iniciada pelo juízo da condenação ou pelo juízo da execução, a partir de

requerimento do Ministério Público, enquanto pendente recurso especial e/ou recurso extraordinário. Argumenta ainda que, estando o processo pendente de análise pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, o Juízo competente para ordenar a execução provisória do julgado seria o respectivo Tribunal, a quem competiria determinar a expedição de carta de guia de execução provisória, mediante carta de ordem, ao Juízo das Execuções Penais.

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 264/274) e admitido (e-STJ fl. 288), manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 301):

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

Cinge-se a controvérsia em saber se é possível a execução provisória da pena (Processo 0011647-30.2009.4.05.8300 - 13ª Vara Federal/PE), em caso de sentença penal condenatória pendente de confirmação pelo STJ ou pelo STF.

O recurso, contudo, está prejudicado.

Isto porque, em consulta ao sítio do STF, o recurso extraordinário com agravo (ARE 1151084/PE), referente à presente Ação Penal (Processo n. 0011647-30.2009.4.05.8300), foi desprovido em 27/8/2019.

Em 18/9/2018, foi certificado o trânsito em julgado com a consequente baixa do processo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Não há, portanto, que se falar em execução provisória da pena, perdendo objeto o presente recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE TRÂNSITO EM

JULGADO. PERDA DO OBJETO. AGRAVO PREJUDICADO.

- 1. No julgamento do EREsp 1.619.087/SC, pacificou-se o entendimento no sentido da inadmissibilidade de execução provisória de penas restritivas de direitos, em observância ao disposto no art. 147 da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execuções Penais - LEP).*
- 2. Diante da superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória, tendo sido expedida guia de execução definitiva, verifica-se a perda do objeto do presente agravo.*
- 3. Agravo regimental prejudicado. (AgRg no HC 458.910/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 25/04/2019)*

Diante do exposto, julgo prejudicado o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator